

DAVID ZIMMERMAN
ANTÔNIO CARLOS MATHIAS COLTRO
IDETE ZIMMERMAN BIZZI
Organizadores



ASPECTOS PSICOLÓGICOS NA PRÁTICA JURÍDICA

Coautores

ADAUTO SUANNES	ELIZABETH ELIANA SCHEFER	MARLY FERNANDEZ
ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA	EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA FÁVERO	MARTHA MARIA GUIDA FERNANDES
ANA CLAUDIA FERREIRA DE OLIVEIRA	EUGÊNIO FACCHINI NETO	MÔNICA GUZZELLI ESTROUGO
ANA CRISTINA SILVEIRA GUIMARÃES	FLORISBAL DE SOUZA DEL'OLMO	NAIR TERESINHA GONÇALVES
ANA LUIZA C. BAHIA VON BENTZEEN	GISELLE CÂMARA GROENINGA	OSCAR VILHENA VIEIRA
ANTÔNIO CARLOS MATHIAS COLTRO	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	PAULINA CYMROT
ANTONIO CEZAR PELUSO	HELENA CAMPOS REFOSCO	PEDRO PAULO TEIXEIRA MANUS
ATAHUALPA FERNANDEZ	IDETE ZIMMERMAN BIZZI	RICARDO CUNHA CHIMENTI
BRUNO AFFONSO DE ANDRÉ	JOÃO BAPTISTA DE MELLO E SOUZA NETO	RODRIGO DA CUNHA PEREIRA
CAMILA DE CAMARGO SILVA VENTURELLI	JOSÉ AMÉRICO ABREU COSTA	RUDYARD SORDI
CARLOS AURÉLIO MOTA DE SOUZA	JOSÉ LUIZ FERREIRA PRINCES	RUÝ ZOCH RODRIGUES
CARMEN SILVIA DE OLIVEIRA QUADROS	JOSÉ RENATO NALINI	SIDNEI AGOSTINHO BENETI
CAROLINE DE CAMARGO SILVA VENTURELLI	LÍDIA REIS DE ALMEIDA PRADO	STELLA BREITMAN
DANIELA FÁVERO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA	TÂNIA DA SILVA PEREIRA
DAVID ZIMMERMAN	MARIA GARCIA	TÂNIA LOPES DE ALMEIDA GUIMARÃES
EDGAR CHAGAS DIEFENTHAELER	MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA	TÂNIA MARIA VANONI POLANCZYK
EDGARD DE MOURA BITTENCOURT	MARILENE MARODIN	TELMA KUTNIKAS WEISS
EDUARDO DE OLIVEIRA LEITE	MARILENE SILVEIRA GUIMARÃES	TEREZA CRISTINA MONTEIRO MAFRA

4ª EDIÇÃO
REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA
CAMPINAS/SP



2018

343.95
A838p
4.ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Aspectos psicológicos na prática jurídica /
David Zimerman, Antônio Carlos Mathias Coltro,
Idete Zimerman Bizzi, organizadores . -- 4. ed. --
Campinas, SP : Millennium Editora, 2018

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-85-7625-322-8

1. Direito - Aspectos psicológicos 2. Psicologia forense
I. Zimerman, David. II. Coltro, Antônio Carlos Mathias.
III. Bizzi, Idete Zimerman.

18-15290

CDU-34:15

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito e psicologia 34:15

© Copyright by *David Zimerman, Antônio Carlos Mathias Coltro e
Idete Zimerman Bizzi.*

© Copyright by *Millennium Editora Ltda.*

Conselho Editorial

Coordenador: *Alencar Frederico*

Membros: *Antonio Carlos Mathias Coltro,
Florisbal Del'Olmo, Luiz Carlos Branco, Salete Oro Boff,
Vladimir Passos de Freitas*

Supervisão de Editoração

Alcibiades Godoy

Revisão

Wânia Milanez e Fabrina Botega

Diagramação e Capa

MGDesign

Todos os direitos desta publicação reservados:

Millennium Editora Ltda.®

Av. Marechal Rondon, 473

Jd. Chapadão – 13070-172 – Campinas-SP

PABX/FAX: (19) 3229-5588

www.millenniumeditora.com.br

E-mail: editora@millenniumeditora.com.br

O Juiz no Interior: A Função Social da Personalidade do Juiz

SIDNEI AGOSTINHO BENETTI¹

1. Ideal de Justiça

O signo mais forte do sistema de Justiça, em que o Juiz se insere como agente principal é o próprio ideal de Justiça, ideia-força que, como imperativo categórico, impulsiona a agir contra o injusto. A noção de Justiça é imanente ao ser humano, resultante do embate das forças psíquicas profundas que realizam o acerto da introjeção social. Mas a concretude é fatalmente relativa, em meio aos valores mutáveis que integram as camadas mais elevadas da superestrutura do conhecimento humano. E é individualmente apropriável, o que tende a produzir o fenômeno da identificação como *justo* daquilo que vem em prol do sujeito, e *injusto* o que, beneficiando a outrem, o desfavorece. Cada pessoa carrega em si a própria noção de Justiça, muitas vezes contaminada das contingências pessoais, que explica a caracterização como *justo* para si o que recusa a outrem. A ideia geral de Justiça é resultante da abstração das contingências individuais, ante a identificação de valores universais. O fenômeno *Justiça* passa à hiper-superestrutura, no universo teológico: ao mesmo tempo em que a Justiça dos homens qualifica-se como imperfeita, proclama-se a Justiça Divina com a única infalível.

2. O Juiz Personagem da Justiça

Em meio aos valores voláteis da convivência humana, que tornam relativa a noção de Justiça, em tempo e meio mutáveis, coloca-se o Juiz aos olhos da sociedade. Seja como for, tem ele na visão pública o encargo legal de realizar a Justiça, de maneira que, sobretudo na pequena sociedade a personaliza. Mas que Justiça? Enquanto abstração, um ideal incontestável; enquanto atos concretos, uma série de acertos e desacertos, justificados ou imperdoados pelos destinatários e observadores críticos, próximos ou distantes das ações concretas sob julgamento. Entre os próximos, as partes, seus Advogados, testemunhas e intervenientes – os quais tendem ao aplauso do julgamento favorável e à reprovação do adverso, esta geralmente mais veemente e durável do que aquele, como o é a dor diante

¹ Ministro Aposentado do STF; Ex-Professor de Direito; Ex-Diretor da Escola Nacional de Magistratura; Vice-Presidente da Universidade Internacional de Magistrados (UIM). São Paulo.

do prazer. De qualquer forma, o Juiz é personagem da Justiça que aplica em cada decisão que toma – nos processos, na administração do fórum, na vida pública e, mesmo, na vida particular exteriorizada.

3. Comunicação entre os Personagens da Justiça

No momento em que o Juiz julga, produzindo um fato objetivo na realidade social, comunica-se ele diretamente com os demais protagonistas do fenômeno processual e indiretamente com toda a sociedade. Com os protagonistas, comunica-se diretamente, na síntese dos resultados concretos do julgamento – sofrendo, a parte, por exemplo, a consequência da sanção penal, ou da retirada de guarda de filho, ou do despojamento patrimonial – ou regozijando-se do contrário. Mas essa comunicação direta dos efeitos concretos torna-se indireta, por intermédio do Advogado, quanto aos fundamentos e aos motivos da decisão. A parte não lê as decisões judiciais e, se as lê, em regra não as compreende. O Juiz, quanto aos motivos, fala às partes por intermédio do intérprete, que é o Advogado, que transmite os fundamentos jurídicos e traduz a hermética linguagem jurídica às partes e demais figurantes próximos.

4. Comunicação com a Sociedade

Se a comunicação com as partes e Advogados é complexa, trilhando as mais das vezes a distorção de motivos, muito mais oblíqua e opaca é a comunicação com a sociedade – ainda que a pequena sociedade clássica da jurisdição do interior, em que as pessoas se conhecem, provavelmente conhecem o Juiz e seus familiares, recebem informações de rotinas de vida, costumes, hábitos sociais, religiosos e de trabalho fornecidos pelas pessoas do meio forense e por vizinhos, militantes políticos, comerciantes, profissionais, integrantes de confissões religiosas e clubes de serviço, esportes e atividades locais as mais variadas. Aqui, positivamente, o Juiz não fala nos autos, nem se comunica por meio dos numerosos escritos que produz no trabalho jurisdicional. Vale a imagem, pesa o exemplo, contam o aval ou o reproche prestados por lideranças locais dos diversos setores formadores da opinião pública. Uma faceta, positiva ou negativa, que prevaleça, obscurece as demais, positivas ou negativas, que haja na personalidade do Juiz.

5. Construção da Imagem Própria

Mas o Juiz possui a seu lado a forte noção de Justiça imanente em todo ser humano e, consequentemente, na sociedade em que se insere. A perspectiva pública relativamente ao Juiz é, em princípio, positiva. Enquanto o Juiz nada fizer, nenhum ato praticar, a imagem positiva do ideal de justiça nutrirá a boa imagem do Juiz. Como em tantas atividades, também nessa matéria, o agir é que pode desgastar rapidamente. A inação também desgasta, e muito, mas custa um pouco

mais, pois enorme a paciência dos jurisdicionados e seus Advogados com a demora do aparelhamento de Justiça – fenômeno da maior complicação, registrado em todo o mundo, e, por isso, tido por normal.

6. Projeção da Personalidade do Juiz na Sociedade

Em meio a numerosos fatores de origens as mais variadas, a imagem pública da personalidade do Juiz influencia a sociedade em que se localiza como um dos agentes de grande importância como vetor indicativo de valores positivos, que se inserem na noção de Justiça. O Juiz exerce a influência do *status* dedicado à função de julgar, reservada à Magistratura. Queira ou não, o Juiz oferece paradigma à convivência social. As proporções do escândalo desencadeado por agir negativo é bem prova da exigência paradigmática pública, pois significa a ruptura entre o imaginário e a realidade – uma traição ao desenho ideal de Justiça e à sociedade que o imaginou presente em um agente público preparado para o desempenho do papel imaginário. Uma espécie de desmitificação da personalidade de paterna, por intermédio da qual introjetadas as mais elevadas virtudes sociais.

7. Canais de Comunicação do Juiz

Interessantes os canais de projeção da personalidade do Juiz na Comarca do Interior. Ante as vedações legais de manifestação pública, sobretudo por intermédio dos meios de comunicação social, norteadas pela necessidade de preservação de independência do julgamento e da dignidade das pessoas envolvidas, o Juiz passa a ser conhecido a partir de informações individuais, mormente do pessoal judiciário – advogados, funcionários da Justiça e pessoas com esta envolvidas, inclusive as partes. Além disso, informações de pessoas da convivência social e familiar – fornecedores, educadores de filhos, frequentadores de clubes, dirigentes e confrades religiosos, enfim, pessoas envolvidas no dia a dia individual. Raramente o Juiz se comunicará por intermédio dos meios de comunicação social. A atitude pessoal discreta deve marcar, por todos os motivos, a vida do Juiz e de sua família. Coloca-se nesse ponto uma das matérias mais difíceis de avaliar no tocante à atuação social do Juiz, a saber: até que ponto será justo, para o aparelhamento de Justiça, que necessita de comunicação social moderna, o silêncio público do juiz.

8. Conduta Jurisdicional do Juiz no Interior

No trabalho jurisdicional propriamente dito, o Juiz do interior não age de forma diferente do que o faz na Capital, na grande cidade ou no Tribunal. O sistema processual, tanto penal como civil, protege com muita segurança os autos judiciais contra a vinda direta ao Juiz de dados que direcionem o julgamento. Vale, em todas as etapas da carreira de Juiz, a regra de que só existe o que está nos autos, dogma que é garantia dos jurisdicionados, contra o conhecimento

direto das questões por parte do Juiz, o que poderia significar acessibilidade a influências indesejáveis e incontroláveis e, ainda, impossibilidade de reexame recursal de questões chegadas à convicção íntima do Juiz. Curioso o paradoxo: quanto menor a Comarca, e, portanto, mais fácil, em tese, o acesso direto ao Juiz, mais deve este resguardar-se da evidência de influência direta extra-autos, que fatalmente irá, como imagem pública, despojá-lo do atributo da imparcialidade, base da Justiça, pondo-o, ao contrário, ao lado de um ou de outro setor da sociedade, *contaminado* de seus defeitos e virtudes – e a eles equiparado, como se fosse um *não Juiz* improvisando julgamentos.

9. Influência da Comunidade no Juiz

O Juiz deve viver na cidade que lhe sedia a jurisdição de maneira que o contacto com todos os setores da sociedade local será obrigatoriamente próximo. Deve, mesmo, morar, com a família, na Comarca, o que, mais que exigência legal, é necessidade de experiência para o treinamento do bom Juiz. Não basta apenas trabalhar na cidade-sede da Comarca, ou morar em cidade próxima. O Juiz é parte da comunidade a que pertence, é um signo dela. Do bom Juiz se orgulha a comunidade, que nele se projeta. O repúdio físico do Juiz ou de seus familiares à comunidade faz mal à Justiça. Não que o Juiz julgue de acordo com a observação direta dos fatos ocorridos e das pessoas envolvidas, o que, legalmente, é vedado. Mas porque a convivência social faz parte do treinamento do Juiz para o bom exercício jurisdicional, especialmente porque, convivendo, o Juiz sente, por contacto direto ou indireto por intermédio de familiares, a responsabilidade humana dos próprios atos e a imensa esperança que se cria na população cada vez em que é chamado a pronunciar, em nome da comunidade, o que seja a Justiça.

10. Influência do Juiz na Comunidade

A imagem pública da personalidade do Juiz inibe condutas ou encoraja comportamentos. Nos autos, com a frustração de manobras protelatórias se o Juiz é dos que agem com celeridade e energia – ou em sentido contrário; fora dos autos, com o conhecimento de que a providência jurisdicional em determinado sentido, consentâneo com a formação do Juiz, fatalmente virá – ou não virá, se se tratar do oposto. Nota-se esse comportamento social em questões como as relativas a menores infratores, a diversões públicas, à tolerância religiosa, a competições desportivas. Mesmo no campo do Direito de Família, sempre delicado, sabe-se que separações, divórcios, alterações de guarda de filhos, prisões de devedores de alimentos são mais fáceis ou mais difíceis dependendo da personalidade do Juiz e de suas experiências de vida, inclusive experiências envolvendo pessoas próximas. O mesmo se diga das matérias atinentes à Administração Pública e à Justiça Eleitoral. Além dos autos, projeta-se a personalidade do Juiz, conferindo confiança na Justiça nos fatos comuns da

comunidade, inclusive passando ele a exercer atividade decisiva em momentos críticos para a sociedade local.

11. Conduta Pessoal do Juiz no Interior

Do que se salientou decorrem algumas indicações a respeito da conduta geral recomendável, em princípio, ao Juiz no interior: a) Morar na Comarca com a família; b) Frequentar seletivamente as atividades sociais, sem prejuízo, jamais, da regularidade do serviço, que é absoluta prioridade para o Magistrado; c) Tratar diretamente com autoridades de nível político-administrativo local elevado, como o Prefeito, os Vereadores, o Delegado de Polícia, ainda que por vezes vindos *sub judice*, mas de maneira formal, sem partilhar segredos e subentendidos; d) manter bom entendimento com o Promotor de Justiça e seus familiares – Profissional em situação muito semelhante ao Juiz na Comarca, especialmente nas condições extremamente bem formadas dos quadros do Ministério Público na atualidade; e) Frequentar os cultos religiosos e de devoção pessoal, sem exagero ou imagem de subordinação ao respectivo dirigente – porque o Juiz é representante do Estado leigo, com o dever de evidenciar a preservação da liberdade religiosa – o que, de resto, todas as confissões religiosas atualmente compreendem, na admirável tolerância que é marca do humanismo moderno; f) Manter escrupuloso rigor em questões financeiras pessoais e da família; g) observar pessoalmente as leis e criar na família igual hábito; h) Tratar com absoluta gentileza, mas sem intimidade, funcionários, advogados e pessoas em geral; i) Não frequentar lugares tidos publicamente como de licenciosidade moral; j) Extrema moderação em tomar bebida alcoólica – não precisando reduzir-se à recusa sistemática, mas sabendo bem o limite do sociável para o comprometedor; k) Evitar integração em grupos restritos de churrascos, pescarias, esportes, jantares, ressalvada a participação moderada, evitando a cumplicidade grupal; l) Tratar funcionários, advogados, autoridades, partes e circunstantes com muita educação e respeito, não gritando jamais, não transferindo culpa, não punindo sem antes corrigir e alertar; m) Usar de linguagem oral e escrita elevada, sem afetação – mas evitando gíria, não usando jamais de palavras ou frases chulas; n) Cuidar que os membros da família ajam da mesma forma, porque evidência externa da formação do Juiz. Iria longe a enumeração, evidentemente de efeito apenas exemplificativo, mas deve ela cessar, ficando, naturalmente, sugerido o posicionamento adequado, elevado e imparcial, diante de outras situações.

12. Diferença entre o Juiz no Interior, na Capital e no Tribunal

Volta-se ao início. Embora o valor fundamental a toda e qualquer espécie de Juiz seja o da Justiça, a diferença surge para cada faceta da atividade profissional. Na Comarca de grande expressão, como, em princípio, as Capitais, dilui-se um tanto a imagem direta do Juiz na sociedade. A pluralidade de

Magistrados torna menor a influência individual do Juiz na sociedade e desta sobre ele. No Tribunal, a matéria circunstancial é bem diversa: fundamental, sempre, a regularidade do serviço; a previsibilidade da jurisdição, com a coerência entre os julgados; busca de uniformidade na interpretação do Direito e dos fatos com os demais integrantes do Tribunal, ressalvada a evolução necessária. Entre 1º Grau e Tribunais vai longa distância de exigências sociais, quase tão larga quando a que vai dos Tribunais locais aos Tribunais Superiores do País. Mas esse será assunto para outra oportunidade. Aqui, o que interessa é exclusivamente o Juiz do interior – a função social de sua personalidade, para a consecução do ideal que nutre todo Magistrado, ou seja, colaborar para a melhor convivência do ser humano no espaço e tempo em que vive a maravilhosa atividade que a sociedade lhe confiou: a realização da Justiça.